DIRETORIA GERAL DE RH
INFORMATIVO
ASSISTÊNCIA & BENEFÍCIOS

Elaboração: Ronei Thezolin
Editoração eletrônica:Ronei Thezolin
E-mail: dgrh_dab@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Campinas, Fevereiro de 2002 - Ano IV - nº 1
distribuição interna e gratuita

APIR: Medicamento a preço de custo beneficia 4200 pessoas

A Diretoria de Assistência e Benefícios - DAB/DGRH realizou, em agosto de 2001, parceria com a Associação de Defesa dos Consumidores e usuários de Medicamentos de Piracicaba e Região - APIR.

Essa parceria tem hoje cerca de 700 funcionários titulares associados e está beneficiando outras 3500, totalizando 4200 pessoas beneficiadas entre funcionários e seus familiares.

A APIR é uma associação sem fins lucrativos que distribui medicamentos a preço de custo e com descontos de até 65% em relação ao mercado. A Associação dispõe de medicamentos de todos os laboratórios.

Para ter direito ao benefício basta o funcionário associar-se à APIR e pagar uma anuidade de R$ 30,00 no momento do cadastramento. O valor pode ser pago à vista ou parcelado em 2 vezes com desconto em folha de pagamento.

Além dos descontos, as facilidades no pedido, na entrega e o desconto em Folha são outros atrativos. O funcionário faz o pedido à APIR que o encaminha aos distribuídores e, em até 24 horas após o pedido, o medicamento pode ser retirado.

Mais informações no Prédio da Reitoria III, Térreo (antigo Correio) ou pelo telefone 3788 4899.

EDUCAÇÃO

PROSERES - Saiba como funciona

A Resolução GR nº 24/2000 altera o Programa Institucional de Apoio ao Servidor (ProSerES). O objetivo do Programa é estabelecer mecanismos de incentivo aos servidores da UNICAMP regularmente matriculados em cursos de Graduação em ensino superior ou médio (Cursos Técnicos), criando condições para o aproveitamento profissional destes no âmbito da Universidade.

A Resolução diz ainda que a Universidade manterá entendimentos com instituições de ensino superior e médio, visando firmar novos acordos de cooperação mútua. Os acordos deverão contemplar a UNICAMP com bolsas de estudos, total ou parcial, a serem usufruídas por seus servidores indicados pelo programa.

As normas de operacionalidade e critérios foram estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Programa e divulgadas à comunidade através das Instruções Normativas DGRH de nºs 04/2001 e 05/2001 versão 2 (http://www.unicamp.br/dgrh).

Foi ratificado um fundo rotativo de financiamento no montante de R$ 160.000,00, com recursos provenientes do PIDS. Servidores ativos da UNICAMP e FUNCAMP poderão participar do Programa desde que aprovados pelo Conselho. Para usufruir das concessões, o servidor deverá comprovar sua matrícula em instituição de ensino superior ou médio.

O conselho foi criado através da Resolução GR nº 25/2000, composto por servidores da DGRH, DGA e representantes dos servidores participantes do programa.

Escolas oferecem descontos a filhos de funcionários

A Diretoria de Assistência e Benefícios (DAB) realizou parceria com três escolas, visando oferecer vantagens diferenciadas aos funcionários da Unicamp ao matricularem seus filhos nestes estabelecimentos.

A primeira escola é o **Colégio Forte Castelo** que oferece 50% de desconto na matrícula e 20% nas mensalidades, 20% para o primeiro irmão, 25% para o segundo irmão e 30% para o terceiro. Além de abono na taxa da matrícula para alunos já matriculados em outra escola. O Colégio oferece educação infantil, ensino fundamental e médio, no ano letivo de 2002.

Endereço: Avenida Andrade Neves, 2016, Castelo, em Campinas. Telefone - 3242 3446.

A segunda escola é o **Colégio Objetivo de Barão Geraldo** que oferece 20% de desconto nas mensalidades, matrícula parcelada em até 3 vezes, descontos especiais para irmãos e 5% de desconto para grupo de 10 alunos.

Endereço: Rua João Pedroso, 265, Barão Geraldo, em Campinas. Telefone - 3289 5517.

A terceira é a **Escola Batista Ágape** que está oferecendo 20% de desconto nas mensalidades, 30% de desconto para pagamento à vista da anuidade, 10% de desconto para irmãos e parcelamento do material didático em até 3 vezes.

Endereço: Rua Sandoval Meirelles, 157 - Ponte Preta, em Campinas. Telefone - 3234 7308.

Informações na DAB pelo ramal 84855.

Cesta Básica: Sistemática é aprovada pelos AT's

Ronei Thezolin

Em reunião do dia 25 de janeiro entre a DGRH e os Assistentes Técnicos (ATU e ATD) das Unidades e Órgãos ficou aprovado a sistemática de Concessão de Cestas Básicas em forma de vale-alimentação - VA aos funcionários da Unicamp. A aprovação é válida para os meses de janeiro, fevereiro e março.

Ficou decidido que os critérios, conforme aprovação do CONSU descrita na Resolução GR Nº 55/01, de 07/06/2001 e complementada pela Resolução GR Nº 76/01, de 29/08/2001, serão os de jornada plena (30 e 40 horas semanais), vencimento total do servidor (incluindo ganhos adicionais) e o número de dependente(s) para fins de imposto de renda.

Para encontrar o Índice Salarial Familiar - ISF e identificar as 750 pessoas, o cálculo é feito da seguinte forma: o salário total do servidor, dividido pelo número de dependentes (para fins de imposto de renda) mais o próprio servidor, chegando ao resultado. O maior ISF de janeiro foi de R$ 342, 81. Quem tem a divisão de seus vencimentos pelos dependentes de IR até esse valor será contemplado em janeiro, fevereiro e março. É fundamental para o cálculo que o funcionário esteja com os dados atualizados no sistema da DGRH. Caso não esteja, procurar o ATU ou ATD da sua Unidade/Órgão.

O valor da cesta básica é de R$ 40,00 (quarenta reais) para cada mês. O funcionário contemplado receberá um cartão eletrônico (Vale Alimentação - VA) para efetuar a compra nos estabelecimentos credenciados. O cartão funciona como um cartão de crédito, possui uma senha e é intransferível.

Cada funcionário selecionado receberá um aviso (por escrito) dizendo que terá direito ao benefício. Para os funcionários contemplados pela primeira vez, será necessário retirar o cartão eletrônico na DAB (Reitoria III - térreo). A DAB informará as Unidades e Órgãos o período de retirada do cartão e a data autorizada pela empresa VR para as compras nos estabelecimentos conveniados.

O funcionário que deixar de receber o benefício (por alguma ocorrência legal) também receberá um aviso (por escrito) dizendo que ele foi retirado do grupo dos 750 servidores. É importante que a pessoa sempre verifique se ela continua selecionada, antes de efetuar a compra nos estabelecimentos conveniados. Se ela não estiver selecionada e tentar efetuar uma compra, o cartão eletrônico será recusado no momento do pagamento.

Além disso, mensalmente as Unidades/Órgãos receberão uma listagem com os nomes das pessoas selecionadas para aquele mês. Os casos excepcionais devem ser coordenados pelos ATU´s e ATD´s, que entrarão em contato com a DAB para uma análise da situação.

Ficou decidido ainda que uma comissão formada por representantes das áreas da Universidade, fará um estudo sobre o modelo atual e os critérios utilizados no Programa de Concessão de Cestas Básicas aos funcionários.

Informações e dúvidas pelos telefones 84857 e 84858 e pelo email cesario@unicamp.br.

Lazer

Águas Radicais em Brotas oferece descontos especiais para funcionários da Unicamp

A Empresa Águas Radicais está oferecendo desconto de 10% nas atividades de rafting, floating, canyoning, entre outros esportes praticados e 10% em diárias de hotéis. Grupos de 15 pessoas, o responsável pela formação do grupo ganha uma cortesia (sem nenhuma despesa).

Outras informações poderão ser obtidas através do site http://www.aguasradicais.hpg.ig.com.br/links/aventu.htm.

Informações pelos telefones: 014 - 653.1699 ou 014- 9719. 0033 com Lya Moraes. Endereço Av. Mário Pinotti, 35 – Centro - Brotas-SP.

Veículos

NIPPOKAR oferece veículos Toyota a preço de Frota

A concessionária autorizada NIPPOKAR LTDA está oferecendo veículos Toyota aos funcionários da Unicamp a preço para frotista, com nota fiscal direto da montadora. Garantia de 3 anos sem limite de kilometragem.
Os interessados devem procurar por Joi ou Sueli, no endereço Av. Barão de Itapura, 2142 - Campinas - SP.
Telefone 019 3242 .6111 ou pelo e-mail nippokar@correionet.com.br.

HABITAÇÃO

Classe média volta a ter financiamento da CEF

Folha de S. Paulo – 03 de Janeiro de 2002 - DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Caixa Econômica Federal voltou a oferecer ontem financiamentos habitacionais para a classe média, que estavam suspensos desde agosto do ano passado.

São três modalidades de crédito para famílias com renda superior a R$ 2.160 (12 salários mínimos), destinadas à compra de imóveis na planta ou de novos (prontos há, no máximo, seis meses) ou ainda para a construção do imóvel próprio (individual).

O financiamento de imóveis usados continua suspenso.

O limite de financiamento é de R$ 180 mil para imóveis avaliados em até R$ 300 mil. Será destinado R$ 1 bilhão em recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para esses financiamentos. Pela primeira linha de crédito (destinada à compra de imóvel na planta), o mutuário pode financiar até 80% do valor do imóvel.

Nessa modalidade, a liberação dos recursos é dada de acordo com a evolução da obra. Os juros cobrados são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que está em 10%, mais 4% ao ano.

A segunda é destinada para quem deseja construir o próprio imóvel. Os juros são iguais aos da primeira linha, e a liberação de recursos também segue a evolução da obra. Na última modalidade (para aquisição de imóvel novo pronto há, no máximo, seis meses), o desembolso dos recursos é feito de uma só vez.

Os juros cobrados do mutuário são a TJLP mais 5,5% ao ano. Os novos empréstimos concedidos pela Caixa terão prazo de até 15 anos.

A Caixa havia suspendido os financiamentos habitacionais para a classe média porque a operação dava prejuízo.

Silvio Santos lança consórcio imobiliário

Objetivo é faturar R$ 200 milhões neste ano com a venda de casas populares;

MARCELO MOTA Folha de S. Paulo – 09 de janeiro de 2002 - DA REPORTAGEM LOCAL

Silvio Santos levou ao ar, ontem, sua primeira grande investida de 2002. Lançou, por meio de sua rede de TV, o programa Minha Casa, um consórcio popular para a compra da casa própria. Com essa nova tacada, o apresentador e empresário pode incrementar o faturamento de seu grupo, que teria atingido R$ 2 bilhões em 2001, em pelo menos mais R$ 200 milhões até o fim deste ano.

O Minha Casa é, segundo o diretor de Desenvolvimento e Novos Negócios do SBT, José Francisco Queiroz, "o maior projeto casado, feito simultaneamente por duas empresas do grupo".

As duas empresas envolvidas diretamente são o Consórcio Nacional PanAmericano e o SBT. Somente com o lançamento do consórcio, a parceria proporcionará uma economia de R$ 20 milhões. Segundo Queiroz, pelo preço de tabela, a campanha consumiria R$ 45 milhões, pelos próximos dois anos. Segundo o diretor de Planejamento e Novos Negócios do grupo, Antonio Droghetti Neto, o consórcio é o primeiro de uma série de produtos que utilizarão as estruturas consolidadas do grupo. Os quatro pilares são o SBT, na área de comunicação; o Baú da Felicidade, no comércio varejista; a Tele Sena, no mercado de capitalização; e o Banco PanAmericano, no setor financeiro.

Para a venda do PC do Milhão, por exemplo, foi usado o conteúdo do SBT, com anúncios feitos por Gugu Liberato, durante o Domingo Legal, e com o Jogo do Milhão, um programa de computador que reproduz o show apresentado aos domingos por Silvio Santos. Também foi usada a logística do Baú da Felicidade.

De acordo com o gerente geral do Consórcio Nacional Panamericano, Tufic Cohen, são vendidas cerca de três mil cotas, por mês, do consórcio para a compra do computador. O uso dos programas populares do SBT como meio de venda do consórcio propicia também o acesso a um nível de financiamento imobiliário mais baixo do que os disponíveis no mercado.

O crédito do Minha Casa parte de R$ 15 mil e vai a R$ 100 mil. Segundo o vice-presidente da divisão financeira do grupo, Rafael Palladino, um nível de preço só encontrável em cidades muito pequenas, cuja mídia de acesso mais eficaz é a televisão. Com essa estrutura de venda, o novo projeto já nasce ambicioso. Segundo Palladino, a meta é vender R$ 30 mil em cotas do Minha Casa, a partir de março.

Até 2003, o grupo quer figurar como o segundo no ranking das companhias de consórcio imobiliário. Mas não são só as estruturas que se fundem para tentar vender de toda maneira o novo produto. Tudo é feito à moda Silvio Santos, no melhor estilo Baú da Felicidade, a empresa que, há 40 anos, deu origem ao grupo.

Nos consórcios não é diferente. Com sorteios mensais de casas no valor de R$ 50 mil, com carro na garagem e ainda algumas barras de ouro no cofre, é mantido vivo no Minha Casa e também no PC do milhão o velho antídoto de Sílvio contra o calote.

O pagador impontual, consagrado nas campanhas do Baú no personagem Atrasildo Atrasado, perde o direito aos prêmios, mesmo se for sorteado. Com isso, Tufic espera que seja possível reduzir para menos de 20% o percentual de desistência nos primeiros meses do consórcio. Normalmente essa taxa chega a 30%.

Juizados especiais começam a funcionar hoje

Nova instância da Justiça Federal dará rapidez a julgamentos de pequenas causas

O Estado de S. Paulo – 22 de janeiro de 2002 - LEONENCIO NOSSA

BRASÍLIA - Os tribunais federais de pequenas causas começam a funcionar hoje em 14 cidades brasileiras. Nos primeiros seis meses, a maior parte dos Juizados Especiais da Justiça Federal vai julgar apenas processos previdenciários, como revisão de aposentadorias, pensões e benefícios que não foram concedidos. As sentenças não podem ultrapassar 60 salários mínimos - R$ 12 mil.

A lei estabelece prazo de 180 dias para o julgamento dos casos e dois meses para o cumprimento da decisão. No Rio e em Vitória, os tribunais já estarão julgando, além de ações envolvendo o INSS, processos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), servidores públicos federais e micro e pequenas empresas com reclamações sobre tributos federais. Os juizados especiais desses dois locais também poderão julgar causas criminais relativas à União - crimes ambientais, porte de armas e outros delitos com sentenças de no máximo dois anos.

Só a partir de julho os tribunais de São Paulo, da Região Sul e das cidades de Recife, João Pessoa, Aracaju, Natal, Maceió e Fortaleza estarão julgando todos os tipos de ações envolvendo a União. Os novos tribunais ainda estão sendo implantados nas regiões Norte e Centro-Oeste e parte do Nordeste (São Luiz, Salvador e Teresina). Em Brasília, o juizado deverá estar funcionando a partir de março. Prazo - Atualmente, uma ação leva em média cinco anos para ser julgada na Justiça Federal.

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Flávio Dino, afirma que o prazo médio de julgamento, após seis meses de implantação dos tribunais, pode chegar a dois meses. "Há uma perspectiva real de diminuir a paralisação do Judiciário com os novos tribunais." Por outro lado, as sentenças passam a ter um limite de dois meses para serem executadas. "O pagamento será em dinheiro, sem precatórios", diz Dino.

Outra novidade dos tribunais de pequenas causas é a dispensa dos serviços de advogados nos casos em que a sentença não passar de 20 salários mínimos. Os órgãos da Justiça Federal vão aceitar também que pessoas jurídicas entrem com processo. Absorção - Até 2004, os novos tribunais poderão absorver 40% dos processos civis da Justiça Federal. A Advocacia-Geral da União (AGU) estima que 90% das ações relativas ao INSS hoje têm limite inferior a 60 salários mínimos. Em São Paulo, a situação é idêntica. Dos 440 mil processos no Tribunal Regional Federal, metade poderia ser julgada nos Juizados Especiais. A porcentagem se aplica também ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), instância máxima da Justiça Federal.

Não há estimativas de quantos processos poderão ser julgados nos Juizados Especiais neste ano. Mas o Judiciário e o governo afirmam que há um risco de entupimento de ações nos órgãos numa fase inicial da implantação. Em abril, o Congresso poderá aprovar um projeto de lei que cria 183 novas varas federais no País. Segundo os juízes federais, a medida permitiria um aumento no número de juízes nos tribunais de pequenas causas.

As causas que já deram entrada na Justiça Federal não deverão ser submetidas aos Juizados Especiais. Quem entrar com recurso nesses tribunais não poderá recorrer a outras instâncias da Justiça. Uma turma, formada por três juízes do próprio tribunal, ficará responsável pela análise dos recursos.

DÚVIDAS – FGTS

Como optar por títulos para compensar as perdas dos planos Verão e Collor I?

"Tenho mais de R$ 8.000 para receber dos expurgos do FGTS e não gostaria de receber esse dinheiro em sete parcelas. O acordo do governo previa a possibilidade de compra de títulos. Gostaria de saber como isso funciona." (Rubens Trevisioli)

Resposta *- Para os trabalhadores que têm um valor a receber acima de R$ 2.000, o artigo 7º da lei complementar n.º 110/ 01 estabeleceu a opção de troca desse crédito por títulos do governo lastreados nas receitas decorrentes da arrecadação das contribuições criadas por essa mesma lei, em termos e condições a serem estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Informamos que o CMN ainda não emitiu a regulamentação e deve-se ficar atento a isso. Esclarecemos também que a opção por esses títulos deve ser feita em julho de 2002 ou nos seis meses seguintes no caso de adesões que se efetuarem até dezembro de 2002.*

Texto do site Instituto FGTS Fácil - 22 de janeiro de 2002.